



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de julho do ano de dois mil e vinte e dois, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva e Carla Adelaide Sabim dos Santos, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS: “MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA”

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação elaborada pela Divisão de Logística e Mobilidade:

“Como é do conhecimento da Exma. Câmara Municipal a situação excecional nas cadeias de abastecimento e as circunstâncias migratórias resultantes da pandemia da doença Covid-19, da crise global na energia e dos efeitos resultantes da guerra na Ucrânia originaram aumentos abruptos dos preços das matérias-primas, dos materiais e da mão de obra, com especial relevo no setor da construção, o que tem gerado graves impactos na economia, e, por conseguinte, nos contratos públicos, facto que tem provocado aumentos sucessivos dos preços base dos concursos, fruto de procedimentos “desertos” e da obrigatoriedade de cumprir aos contratos de financiamento comunitários.

Os aumentos em causa poderão ser observados através da comparação homóloga dos índices de preços de materiais e de custos da mão de obra, referentes a dezembro de 2021 face ao mesmo mês de 2020, índices estes calculados pela Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas, e aprovados pelo Conselho Diretivo do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.. Saliencia-se, no período em questão e a título de exemplo, que o aço em varão e perfilados aumentou 41,7%; a chapa de aço macio, 44,0%; o fio de cobre revestido, 38,5%; betumes a granel, 61,2%; derivados de madeira, 65,2%; vidro, 28,1%; e tubo de PVC, 71,3%. Quanto à mão de obra, considerando as treze principais profissões elencadas para efeitos de revisão de preços das empreitadas constata-se, igualmente, no mesmo período, um aumento médio de 6,7%.

Silvia Maria dos Santos Couto

Assim e considerando que a empreitada, alvo da presente proposta de contratação, é uma componente da candidatura aprovada no âmbito Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Bragança, ao NORTE2020, concretamente ao Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), com o Código NORTE-05-2316-FEDER-00009 e com um financiamento - FEDER associado de 4.097.040,20 €, entende-se considerar a reabertura de novo procedimento de forma a garantir a execução do Projeto do “Museu da Língua Portuguesa em Bragança”, bem como evitar a perda imediata de, aproximadamente, 4 milhões de euros, com uma probabilidade de este valor aumentar considerando o valor já financiado no âmbito da execução de outras componentes da candidatura, como, por exemplo, projeto de execução, aquisição dos Silos, entre outras, com valores superiores a 1.000.000,00 €. Importa, também, alertar para os riscos associados aos limites do prazo de execução do programa NORTE2020.

Considera-se recordar que o Museu da Língua Portuguesa se trata de um projeto âncora para afirmação da cidade e da região, não só a nível nacional, mas também a nível internacional, sobretudo no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Tendo em consideração a dimensão e a relevância do projeto para o território de Trás-os-Montes, o Município de Bragança redirecionou toda a sua atenção para a sua concretização, nomeadamente, a aquisição dos imóveis e terrenos envolventes, e contratualizou, através de um concurso de ideias, o projeto de execução. Efetuou, ainda, a contratualização de alguns serviços, nomeadamente, os “conteúdos científicos para o Museu” (procedimento concluído), a “conceção e acompanhamento do design e equipamentos para o Museu” (procedimento em execução) e, ainda, o “estudo e viabilidade económica e criação do modelo organizacional” (procedimento concluído).

Ainda, de acordo com o estudo, o projeto do Museu da Língua Portuguesa vai promover um impacto não apenas em Bragança, mas em toda a Região Norte de Portugal, assumindo-se como elemento central na promoção do desenvolvimento integrado, abrangendo, entre outras, as dimensões económica, social, cultural e turística.

A este nível destacam-se os seguintes impactos esperados ao nível mais qualitativo: aumento da visibilidade externa do Município e da região a nível nacional e internacional; aumento da visita turística de Bragança e na região; promoção do desenvolvimento económico e de mais-valias associadas; reforço da rede de equipamentos culturais do Concelho; reabilitação e transformação urbana da envolvente alargada do Museu; promoção da fruição cultural e das qualificações da população do concelho e da região; criação de novas ofertas culturais e educativas; captação de



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

financiamento europeu para Bragança e para a região; qualificação da oferta do Instituto Politécnico de Bragança nas áreas relacionadas com a Língua e Cultura Portuguesa.

Assim, propõe-se à Exma. Câmara Municipal a aprovação do projeto de execução para a empreitada acima referida, bem como a abertura de procedimento na modalidade de concurso público com publicação internacional, com caráter de urgência, conforme previsto no n.º 3 do artigo 136.º do CCP, considerando o financiamento comunitário e as limitações de execução existentes e os resultados dos últimos procedimentos.

O projeto de execução, que serve de base para a execução da empreitada, foi alvo de revisão nas várias especialidades técnicas, de acordo com o que estabelece n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, as quais foram reportadas ao projetista e aceites pelo mesmo.

Considerando o enquadramento no artigo 61.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, ao presente procedimento não é aplicável a renovação ou a celebração de um contrato de aquisição de serviços com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2022 e a presente contratação não visa a aquisição de estudos, pareceres, projetos e consultoria, de organização e apoio à gestão.

Para a escolha do procedimento em função do valor do contrato (artigos 17.º a 22.º CCP) e como o preço base é superior a 5.382.000,00 €, propõe-se a adoção do concurso público, com publicidade internacional, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do CCP.

No que diz respeito ao preço, no seguimento da resolução do contrato foi efetuada uma revisão ao projeto, o que motivou algumas alterações aos preços unitários considerando a inflação do mercado e tendo também como referência os preços apresentados no último concurso de onde resultou a intenção de exclusão de todos os concorrentes, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, encontra-se um preço aproximado de 16.400.000,00 €, acrescido de IVA à taxa em vigor, para um prazo de execução da empreitada de 16 meses.

O critério de adjudicação, nos termos do artigo 74.º do CCP, é "... feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada..." pela seguinte modalidade, monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

O presente procedimento não carece de Pareceres Prévios, Licenciamentos e Autorizações Necessárias nos termos do n.º 5 do artigo 36.º e, nos termos do artigo 46.º-A do CCP, esta empreitada não é dividida por lotes, uma vez que apenas uma única

entidade deve ter a responsabilidade total da empreitada, pois o objeto da mesma é técnica e funcionalmente incindível e a sua separação causaria graves inconvenientes para a entidade adjudicante.

O Projeto do PPI é o 15/2016 - Reabilitação dos antigos silos da EPAC para Museu de Língua Portuguesa. A rubrica para cabimento é a 0302/07010301, com uma dotação, para 2022, de 162.924,50 €; para o ano de 2023, de 13.120,00 € e, para o ano de 2024, 250.000,00 €. Assim, solicitamos o estorno do compromisso n.º 1037/2022 e um aumento de dotação, para 2024, em cerca de 2.150.000,00 €. Os Fundos Disponíveis são de 29.763.782,20 € e o Código CPV é o 45212300-9 - Construção de edifícios para usos culturais e artísticos.

Face ao que antecede e dada a inexistência de recursos humanos na autarquia, torna-se necessário proceder à realização da empreitada atrás referida, pelo valor estimado da despesa a efetuar de 16.400.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Face ao valor e considerando que a situação se enquadra na alínea a) do artigo 19.º e artigo 130.º do CCP, solicita-se autorização para se adotar o “Concurso Público”, propondo-se ainda a autorização dos seguintes pontos:

- Sendo “Concurso Público”, a aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, do anúncio, do programa do procedimento, do caderno de encargos e do projeto de execução;

- Constituição do júri: Presidente, João Paulo de Almeida Rodrigues, Chefe de Divisão de Logística e Mobilidade; Vogais efetivos, Lia João Louçã Marques Teixeira, Técnica Superior – Engenharia Civil, e Rafael Sobrinho Correia, Chefe da Divisão de Obras, e Vogais suplentes, Fernando António do Nascimento Moura, Técnico Superior – Gestão, e Ana Marlene Ferreira Vaz, Assistente Técnica, que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do Júri seja substituído pelo 1.º vogal efetivo e assim sucessivamente.

Nos termos do artigo 147.º do CCP, o júri procederá à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se for decidido que a mesma seja dispensada ao abrigo do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos

De acordo com o disposto a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugada o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, todos os diplomas na sua redação atual, é competente para autorizar a presente despesa a Exma. Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Sendo um Concurso Público e face ao que antecede, solicita-se à Exma. Câmara Municipal que delibere no sentido de aprovar a abertura do procedimento, o Anúncio, o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos, documentos anexos ao processo e previamente distribuídos aos Srs. Vereadores, e a constituição do júri.”

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores, João Pinheiro e Carla dos Santos:

Resposta do Sr. Presidente aos Srs. Vereadores, João Pinheiro e Carla dos Santos:

Após análise e discussão foi deliberado, com três votos a favor dos Srs. Presidente, e Vereadores, Paulo Xavier e Fernanda Silva, e duas abstenções dos Srs. Vereadores, João Pinheiro e Carla Santos, aprovar a abertura do Procedimento, o Anúncio, o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos, a constituição do júri e restantes elementos, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 15 de julho de 2022.

Silvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueira

